

Infraestruturas Porosas, Faces do Urbano

Consumo, cidadania e mobilidade de classe no Programa Minha Casa Minha Vida

Moisés Kopper

Quais são os efeitos de longo prazo das políticas habitacionais no Brasil contemporâneo? Que infraestruturas de participação são gestadas à medida que seus beneficiários se apropriam das materialidades da casa própria, e como essas economias morais engendram novas subjetividades políticas e econômicas? Estas são algumas das questões que orientam a pesquisa de pós-doutorado do antropólogo Moisés Kopper, conduzida entre beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. Bolsista Fapesp junto ao CEM, ele falará de seu projeto no dia 11 de agosto, sexta-feira, às 17h30min.

Essa fala tem o objetivo de apresentar o panorama geral da minha pesquisa de pós-doc junto ao Centro de Estudos da Metrópole que venho desenvolvendo desde outubro do ano passado. O projeto é uma extensão dos principais achados da minha tese de doutorado, em que eu estudei os agenciamentos políticos, científicos e econômicos da mobilidade dos anos 2000, e seus efeitos concretos nas vidas de beneficiários de políticas habitacionais.

Eu **procurava** entender como essa melhoria de vida havia sido articulada em torno de uma mobilidade de classe, particularmente na direção de uma elusiva “nova classe média”. Para isso, tracei as redes sócio-técnicas de experts científicos, de governo, e de mercado por trás dessa engrenagem, mapeando as escalas em que essa linguagem foi performada, alinhada e traduzida em programas de intervenção que visavam manter, definir ou expandir a nova classe média. Na outra **ponta**, conduzi uma etnografia de longo prazo entre beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre, procurando compreender como essa *assemblage* da mobilidade se alinhava às expectativas e desejos de sujeitos concretos. Acompanhando os trabalhos de uma

associação de futuros moradores que se organizou desde 2009 para reivindicar por unidades habitacionais, busquei mapear as interações e economias morais que tornaram a política possível em nível local, e as subjetividades emergentes no cotidiano desses arranjos.

O projeto de pós-doc procura ampliar essas questões, perguntando-se pelos efeitos de longo prazo das políticas habitacionais no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo em que há algo de particular na configuração encontrada em Porto Alegre, existem dimensões do engajamento político e econômico que falam dos dilemas e efeitos da implementação de políticas públicas de modo geral. Para entendermos esses efeitos, proponho pensarmos nas pós-vidas da política habitacional, através de trabalho de campo processual e de longo prazo. Olhar para o cotidiano de produção das infraestruturas da participação, na medida em que os beneficiários se organizam e se apropriam da casa própria, pode ser revelador das potencialidades e dos limites dessas intervenções, das economias e políticas que as organizam, e dos tipos de vida social que emergem no seu encaixe.

Esses são os tópicos dos quais a minha apresentação vai tratar nesta tarde. Vou começar exibindo um pequeno vídeo produzido em diferentes momentos do trabalho de campo em Porto Alegre.

I—INFRAESTRUTURAS DA PARTICIPAÇÃO

Esta senhora negra, de 96 anos, é Dona Hilda. Conheci Dona Hilda em 2013, quando ela ainda morava no alto do **Morro da Conceição**, uma vasta área montanhosa considerada imprópria para habitação pela prefeitura municipal. No caminho até a sua porta, a geografia acidentada e íngreme era completada por fragmentos de tijolos, vestígios de casas, ervas daninhas e brinquedos abandonados.

Transitando de um projeto habitacional a outro, as memórias de Dona Hilda esculpiam a temporalidade dessa **precariedade**. Suas palavras cadenciadas e resolutas forjavam uma cartografia de desejos e deslocamentos que contrastava com os tijolos úmidos e em decomposição no fundo de sua casinha. Dona Hilda observava aquela arquitetura e balbuciava: “Isso aqui vai cair pra baixo e nós vamos todos morrer!”. Havia algo de subterrâneo e provocador naquelas palavras; não era simplesmente angústia, medo, desespero, resignação ou indignação que estava em jogo. Dona Hilda via naquelas paredes o convite para sair e deslocar-se, e reinventar um futuro que insistia em espreitar, apesar da idade.

Em 2009, Dona Hilda foi convidada a participar do Conselho de Desenvolvimento do Partenon, o Codespa. Um carro de som pelo bairro e vários amigos em comum a levaram até **Marília**, presidente da recém-formada associação de futuros moradores que demandava unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O **Codespa** passou a reunir centenas de pessoas como Dona Hilda, em busca da casa própria, após anos vivendo nas periferias e áreas informais da cidade. Rapidamente, ele se tornou o fórum mais importante de discussão da questão habitacional na região. Graças às **conexões** político partidárias das lideranças, à capacidade de mobilização por dentro do Estado, e à presença em diferentes espaços como o Orçamento Participativo, o Codespa conseguiu que a prefeitura comprasse e doasse uma área de terras situada em frente à **Avenida** Bento Gonçalves, uma das maiores da cidade, cercada de ampla infraestrutura urbana e próximo a pontos de ônibus, escolas, postos de saúde, hipermercados, hospitais e universidades. Via de regra, todos os outros seis empreendimentos construídos em Porto Alegre na Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida foram arremessados para a **Restinga**, um bairro periférico e sem infraestrutura urbana, situado no extremo sul de Porto Alegre, criado nos anos 1960 pelo Departamento de Habitação para

acomodar remoções forçadas. De posse do terreno, a construção de um complexo residencial de três condomínios com 540 unidades habitacionais iniciou-se em 2010 e durou quatro anos, em meio a falência de construtoras, paralizações, ocupações e vigílias. Negociações de bastidor garantiram que o movimento tivesse a autonomia para indicar 150 dessas 540 unidades.

Ao longo deste processo, reuniões quinzenais e mensais passaram a ser organizadas pelas lideranças do Codespa. Nessas ocasiões, eram oportunizados encontros com políticos, burocratas de estado e de nível de rua, banqueiros e gerentes de loja. Representantes da Caixa Econômica explicavam as regras de funcionamento e financiamento do programa; assistentes sociais vinham falar sobre o Bolsa Família e o Número de Inscrição Social através do qual benefícios sociais como o próprio Minha Casa Minha Vida fluíam; secretários de habitação vinham falar de projetos de sustentabilidade econômica e micro-empendedorismo para os futuros beneficiários e suas novas vidas. Festas, jantares e rifas eram comuns e estimulavam as pessoas a participarem, para além das atividades de capacitação e inclusão social. Este era um tempo de gestão da espera e da esperança, em que as pessoas aprendiam a navegar os caminhos tortuosos que os levariam até a concessão da casa própria.

Em pouco tempo, os líderes perceberam que o número de sócios ultrapassava, e muito, o número de unidades habitacionais. Critérios precisos de corte precisaram ser estabelecidos. A participação assídua dos membros nas reuniões passou a ser monitorada, contabilizada e registrada. Fichas de inscrição com dados socioeconômicos e fotos foram coletados, organizados e arquivados. Levantamentos foram feitos e registrados em sistemas computadorizados. Mensalidades de dez reais passaram a ser cobradas e registradas nas carteirinhas de membro. Progressivamente, essa infraestrutura de informação passou a ser alvo de expectativas, ansiedades, reclamações e rumores por parte dos membros, que se enfileiravam no início de cada

reunião para registrar presença e fazer pagamentos. Cada vez mais, essa informação, e as disputas sobre seu controle e gestão, tornaram-se a linguagem comum pela qual a mobilização era justificada, organizada e tornada inteligível.

Podemos pensar nesse aparelhamento da associação em termos da produção de infraestruturas de participação. **Infraestruturas** são aqui entendidas como “redes construídas que facilitam o fluxo de bens, pessoas, ou ideias, e permitem sua troca através do espaço”. Elas incluem uma dimensão tecnopolítica, composta pelos instrumentos, objetos, racionalidades e territórios em que formas de governo e intervenção tomam forma, mas elas também contêm uma poética que transcende o funcionamento técnico, tornando-se veículos estéticos e semióticos de desejo e possibilidade. Etnografias recentes têm apontado para as vantagens desse olhar multidimensional; **Nikhil** Anand, por exemplo, examina as redes sociotécnicas por trás do abastecimento de água em Mumbai, que articula engenheiros, mediadores políticos, residentes de favelas, ativistas e burocratas. É nesse contexto que disputas sobre a mensuração e o acesso à infraestrutura de água emergem. Os sistemas de materialidades e as conexões sociais que habilitam esse sistema são descritos por Anand em termos de uma cidadania hidráulica: uma forma de pertencimento à cidade acionada por demandas sociais e materiais em relação ao abastecimento público de água.

Aqui, proponho um uso similar do termo **infraestruturas** para captar as *assemblages* de atores, práticas e materialidades que configuram a implementação da política pública. Observar as infraestruturas da participação por trás da política pública implica estar atento a formas práticas de racionalidade técnica que constroem o cotidiano. Nem o político, nem o coletivo por ele pressuposto, são instâncias atemporais e etéreas. Destrinchar a sociabilidade diária que se estabelece ao redor dos objetos da participação implica pensar o político em seu processo

contínuo de fabricação, ressignificação e deslocamento—processos que de outro modo permaneceriam condenados à invisibilidade.

Ao mesmo tempo em que o movimento se expandia por meio da capacidade proativa de seus membros, visitas foram organizadas às casas das famílias cadastradas. Jussara se lembra bem do dia em que as lideranças do Codespa bateram na sua porta, semanas antes das eleições municipais de 2012. Naquela época, Marília, a presidente, concorria a uma vaga na Câmara de Vereadores e passava de casa em casa para avaliar as necessidades dos futuros moradores. Assim que a comissão passou, Jussara ouviu sussurros de como sua casa era bonita, e decidiu abordá-los. “Eu quero que vocês vejam a minha casa, por dentro!”, ela pediu. Depois de entrarem através de um beco estreito, ela continuou: “Esta é a *minha* parte da casa; minha mãe mora no segundo piso e eu divido o primeiro piso com a família do meu irmão”. Ela seguiu apresentando os cômodos: a sala de estar, uma cozinha improvisada e um quartinho que dividia com o marido e a filha. Os membros do Codespa ficaram impressionados com a sua atitude proativa e aliviados por não terem incorrido no erro de excluir Jussara do programa. Ela concluiu: “Se eu não estivesse em casa naquele momento para me defender, meu destino teria sido outro. Eu só lamento que eu não tinha um carro para levar a comissão até a casa da minha irmã e mostrar que a casa dela era ainda pior que a minha”.

Era no meio dessa arquitetura social, em que a escassez do benefício habitacional regulava a sociabilidade, que figuras como Dona Hilda passaram a existir e se procriar. Além de demandar investimentos temporais e financeiros dos membros, o Codespa passou a cobrar testemunhos públicos de suas necessidades e expectativas. No cotidiano da espera pela casa própria, era preciso falar de esperança. Através desses mecanismos de produção do sujeito-beneficiário, as famílias eram constantemente lembradas pelas lideranças de sua própria excepcionalidade.

Afinal, a sua inclusão implicava, ao mesmo tempo, a exclusão de pessoas como a irmã de Jussara.

Uma espécie de cidadania habitacional se materializou, **predicada** na capacidade que dispunham os beneficiários de colocarem suas vidas em discurso. Isso produziu o que chamo de “**beneficiários desejantes**”: pessoas dispostas a se engajar em um ativo trabalho moral de objetificação da própria pobreza e de seus desejos por vidas melhores. Esse trabalho dava origem a um excedente simbólico—o **merecimento**—e era com base nisso que os líderes da associação decidiam quem seria incluído e excluído da política. Era nessa maquinaria, enfim, que economias locais da esperança floresciam e permitiam aos beneficiários reimaginar seus futuros.

Mas Dona **Hilda** não era apenas mais uma beneficiária desejante. Sua força vital e história incorporada a tornavam um retrato condensado da linguagem moral por trás da política. Como mulher, negra, pobre e idosa, Dona Hilda foi celebrada por uma audiência crescente de lideranças, políticos, marqueteiros e cientistas sociais em busca da nova classe média, incluindo-me entre eles. Descrevendo-se como merecedora, sua simples presença em reuniões e eventos era motivo de aplausos. Dona Hilda tornou-se a peça central de uma história de sucesso da política habitacional em Porto Alegre, e sua subjetividade foi o palco onde essas disputas foram travadas. Quando fui em busca de indícios da construção pública dessa trajetória, percebi que Dona Hilda vinha sendo louvada por matérias de jornal como central na “luta” pela habitação desde **2011**.

Com o tempo, passei a pensar nessas figuras como **personagens exemplares** ou modelares da política. A difusão de suas histórias visava recriar alinhamentos morais a partir de certas imagens arraigadas dos pobres urbanos como ordeiros, pacíficos, limpos e cumpridores de responsabilidades e deveres, e eram essas imagens que nutriam os *outcomes* subjetivos da

política pública. Em última instância, o mito de que Dona Hilda era a peça central—cristalizado em cerimônias, rituais e eventos—organizava-se na atualização do Brasil como um país menos desigual, mais inclusivo, e do Estado como agenciador dessa mobilidade.

Nesse arranjo difuso de governança que juntava planejadores públicos, autoridades municipais, construtores e líderes comunitários, celebrava-se uma imagem mais ampla sobre o governo da pobreza: a de que é preciso garantir o acesso a infraestruturas, bens e serviços; mas que nem todos estão igualmente preparados para fazer deles o uso **adequado**. Apesar de universal no papel, a política habitacional não era, nem poderia ser, para todos. Critérios morais precisavam ser estabelecidos, e eram associações como o Codespa que controlavam seu acesso.

Desempenhando atribuições tradicionalmente associadas ao Estado, como a organização e seleção de beneficiários, o Codespa se construía, na prática, como uma **formação para-estatal**.

Diferentes autores têm chamado a “**atenção** para essas formações intermediárias de poder e para os desafios empíricos que emergem quando pensamos através das subjetividades políticas ambíguas que cristalizam nas fronteiras entre populações, segmentos de mercado, públicos-alvo, e objetos coletivos de intervenção ou negligência”. A ideia aqui é avançar uma conceituação que vá além da ideia clássica de mediação entre o mundo—informal, pragmático—das classes populares e o universo—formal, legal e impessoal—do Estado e suas instituições. Organizações como o Codespa são mais que simples mediadoras entre mundos essencializados e estanques de valores. Seus líderes estão constantemente fabricando encaixes, pontes e conectores com versões particulares e locais do Estado, colocando em prática uma noção de esfera pública como o lócus para a negociação privada de benesses, favores, retribuições que são, em última instância, os objetos concretos da política pública. E é a história dinâmica desses jogos de escala, articulações, rompimentos e fissuras que importa captar, a partir dos efeitos que geram nas vidas das pessoas.

Este argumento fica evidente quando consideramos o evento de inauguração do residencial, em setembro de 2014, celebrado na sede do Codespa com a presença de várias autoridades municipais, incluindo-se o prefeito, o secretário de habitação e o superintendente executivo da Caixa Econômica Federal em Porto Alegre. Celebrando a localização e excelência arquitetônica do projeto, o prefeito José Fortunatti, do PDT, dirigiu-se às lideranças comunitárias e proferiu:

“Eu **conheço** a organização de vocês, através do Codespa, durante seis anos, as idas e vindas, dificuldades, stress, choro. Eu sei exatamente que se nós estamos aqui hoje, a poucos minutos de entrarmos nos apartamentos, isto se deve à organização de vocês! Nós cumprimos a nossa parte, muitas vezes pressionados por vocês, sempre no diálogo, sempre buscando soluções”.

A fala do prefeito foi paradigmática em vários sentidos. Mas gostaria de apontar aqui na direção de um continuum de governança que reafirma o lugar dos beneficiários como sujeitos-modelo em uma estrutura mais ampla de governo da pobreza.

“**Cada** família que assume o seu apartamento tem a obrigação de cuidar bem. Vocês representam todos os que lutam pela moradia. E a luta não terminou: vocês ganharam porque lutaram, agora vocês precisam garantir que o residencial continue sendo um modelo para o país nos próximos anos”, ele completou.

A celebração de uma comunidade modelo, livre dos vícios que caracterizavam iniciativas habitacionais do passado, e distante de arranjos clientelistas de mobilização, ecoava também nas palavras de Marília, a presidente do Codespa, que se dirigia aos agora proprietários da casa própria: “**Essa** é uma parceria com o governo que deu certo! Eu digo pra eles: eu sozinha não removo uma pedra. Eu fui o caminho, mas quem garantiu foram eles. Eles foram a estrada que me levou numa trilha correta e digna”. Como veremos na segunda parte da minha fala, a

mudança para o Residencial colocaria novos desafios para a associação, que precisaria se reinventar para garantir sua sobrevivência política e econômica.

Para entender como esses conceitos de infraestruturas da participação, beneficiários desejantes, personagens exemplares e formações paraestatais de poder circulam e se tornam evidências generalizáveis no estudo de políticas habitacionais, realizei trabalho de campo comparativo aqui em São Paulo durante o período do pós-doc. Por alguns meses, frequentei as reuniões do movimento **Sem Terra Leste** 1, uma organização popular fundada em 1987 que atua na Zona Leste de São Paulo para demandar terra e moradia através do sistema de mutirão e auto-gestão habitacional. O movimento surgiu no contexto da redemocratização brasileira, é filiado à União dos Movimentos de Moradia e à Central dos Movimentos Populares, e teve forte influência da Igreja Católica na sua estruturação. Apesar dessa rede multiforme que tornou sua existência possível, o movimento **apresenta**-se como apartidário, sem fins lucrativos e focado na produção da transparência entre os líderes e seus membros. Seu principal objetivo é o de dar apoio jurídico e o de promover a conscientização política dos direitos constitucionais individuais.

Circulando por diferentes espaços, foi possível ter uma dimensão das infraestruturas participativas e dos códigos morais que orientam a produção do engajamento político. A porta de entrada do movimento são os **grupos de origem**—formações de até 100 pessoas que se reúnem duas vezes ao mês em diferentes bairros da Zona Leste de São Paulo. As famílias são redirecionadas para um dos 34 grupos de origem após participarem do dia do **cadastramento**: uma atividade que começa antes mesmo do sol nascer, em certos domingos do ano, onde centenas de novos membros são recrutados, convidados a pagarem uma taxa de vinte reais, e assistirem a palestra sobre o funcionamento da Leste 1. Os grupos de origem possuem coordenadores que se reúnem **semanalmente**, quando recebem informações atualizadas da

coordenação executiva do movimento: um seleto grupo de menos de dez pessoas, eleitas em plenária a cada dois anos. Nesses eventos, é apresentada e discutida a “pauta”, que deverá ser repassada aos membros na base durante as reuniões dos grupos de origem. Essa complexa estrutura é completada pelos **mutirões**: grupos de centenas de famílias que são organizadas assim que um novo projeto é aprovado, junto com a conquista do terreno e da obtenção dos fundos para sua construção. Em todos estes diferentes níveis de organização, são debatidos os mais variados assuntos, como organização para protestos, passeatas, manifestações, ocupações, festas, atividades religiosas, cursos de formação e de capacitação para lideranças políticas, informativos sobre o andamento dos mutirões, e **piadas** sobre políticos de direita.

Curiosamente, porém, dois temas adquirem centralidade nas discussões. De um lado, está o sistema de **pontuação**, um complexo dispositivo que atribui pontos aos membros a partir do tipo de atividades participadas. O registro dos pontos é tarefa dos coordenadores dos grupos de origem, e é por conta de sua correta contabilização e aplicação que os participantes se engajam em acirradas alterações, a tal ponto que acusações sobre fraude e lavagem de pontos não são, de todo, incomuns. Mesmo nas reuniões da coordenação, boa parte do tempo é dispendida no esclarecimento da natureza dos eventos em função do número de pontos.

De outro lado, há também a **contabilidade** do movimento. Pagamentos de mensalidades no valor de duas passagens de ônibus são a base para a permanência dos membros na organização, além de influenciarem no sistema de pontuação. Cada grupo de origem tem suas próprias finanças, e mais uma vez são os coordenadores os responsáveis por entregarem 50% do valor arrecadado à diretoria executiva, em elaboradas pastas com contas. Os mutirões, por sua vez, também têm seu próprio balancete, e não é incomum ver tabelas com estruturas de gastos e entradas serem discutidas, por horas, em telas projetadas.

Com o tempo, a contagem dos pontos e da contabilidade financeira foi transferida para um sistema computadorizado, acionável pelos membros através de login e **senha**. “As pessoas entram como se fosse facebook”, uma das secretárias permanentes do movimento confessou. A razão para isso não é difícil de entender: é a soma dos pontos que determina uma hierarquia de participação, e é com base nisso que decisões são tomadas quanto à alocação dos benefícios habitacionais entre os participantes. Em nome da transparência, o movimento converte o tempo de espera pela casa própria em um tempo de mobilização e competição, de modo que o ingresso nos mutirões implica, também, a progressiva fabricação de uma subjetividade **participativa**.

Ao longo do trabalho de campo, deparei-me com pessoas em diferentes estágios desse processo participativo. Antes da reunião de um dos grupos de origem, conversei com Elaine, uma senhora negra que morava na Zona Leste há 20 anos e que trabalhava como secretária de dentista. Aquela era sua primeira reunião. No trabalho, uma das clientes apresentou-lhe o movimento, disse que foi beneficiada, mas que aquele era um processo custoso e demorado. No dia do cadastramento, Elaine viu centenas de pessoas que, assim como ela, estavam buscando uma alternativa ao aluguel. “Ouvi dizer que tem que ir nesse tal de protesto, que tem que sentar tijolo... Não sei se eu vou ter tempo não”, ela disse. No cadastramento, também perguntaram se Elaine tinha alguma doença: “Já falei que tinha tendinite no braço”. Elaine foi enfática: já ouviu falar de movimentos com líderes corruptos que roubavam, e sempre havia muita politicagem envolvida para ganhar a casa própria. Ela não tinha tempo para essas coisas. O ideal mesmo, ela confessou, seria encontrar alguém que estava prestes a receber a casa para propor uma troca: ela daria suas economias de anos em troca da vaga. Mas como nem tudo era perfeito, Elaine decidira juntar-se ao movimento. Ao longo dos meses, sua decisão não havia mudado: seguia acompanhando as

reuniões, mas sem tempo para juntar-se aos protestos que eram realizados durante o tempo do trabalho e que acumulavam a maior parte da pontuação.

Ao mesmo tempo, encontrei pessoas constantemente celebradas nas reuniões pelo seu esforço e dedicação aos mutirões—seja porque mudaram-se para o terreno antes do fim da construção, seja pela persistência diante dos percalços da mobilização. Essas pessoas fizeram-me lembrar dos trabalhos de Dona Hilda, e me ajudaram a entender o papel que personagens exemplares carregavam na implementação de políticas habitacionais. Sem tomar o engajamento político como único e automático, busquei captar a diversidade de instrumentos, discursos e formações subjetivas que se desenrolaram nos interstícios da participação.

II—**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS PÓS-VIDAS**

Após cinco anos de preparação, as famílias do Codespa se mudaram em setembro de 2014 para o Residencial Bento Gonçalves. Esse deslocamento iniciou uma nova fase do trabalho de campo, preocupado com as mediações entre o público e o privado, o íntimo e o coletivo, o local e o global, o político e o econômico. Apropriando-se da casa e de seus objetos, as pessoas articularam um senso de aspiração e imaginação do futuro. Pensando através da casa, das transformações da arquitetura, dos usos e envelhecimentos dos materiais, podemos chegar num entendimento das cartografias e dos devires subjetivos de seus moradores.

Uma das formas de entrar nesses universos domésticos é através de surveys sociodemográficos. Em janeiro de 2015, poucos meses após a mudança dos moradores, realizei uma primeira coleção de dados em um dos três condomínios do residencial onde foram alocados os membros do Codespa, composto de 160 domicílios. O instrumento procurava captar dimensões de renda,

educação, ocupação, consumo, cultura material, planejamento, participação em políticas públicas e associativismo; e a previsão era de que ele pudesse ser re-aplicado a cada dois anos ao longo dos dez anos do financiamento habitacional. Entre janeiro e fevereiro deste ano foi realizada a segunda edição, uma versão ampliada e revista da primeira que passou a incluir também dimensões de saúde, lazer e segurança. A ideia era complementar o trabalho de campo, fornecendo uma espécie de radiografia—uma imagem geral e totalizante—da realidade do condomínio, que seria colocada em movimento pelo trabalho da narrativa etnográfica.

Na prática, o *survey* mostrou-se uma plataforma para o exercício da autonomia, para cada um dos novos moradores do residencial. Cada entrevista descortinava uma miríade de histórias, casos, rumores, lembranças e desejos, e é preciso estar tão atento a estas dinâmicas quanto para o registro dos dados objetivos. Mais do que isso, a garantia à voz e ao anonimato transformaram o *survey* em um poderoso instrumento de registro das potencialidades, mas também dos desafios, dilemas e dos problemas que acompanhavam a mobilidade econômica no dia-a-dia da vida em condomínio. Em busca do reconhecimento público, as histórias de cada resposta, mesmo as mais simples, aparentemente objetivas, fizeram do *survey* uma espécie de caleidoscópio das opiniões e expectativas dos moradores em relação ao futuro daquele espaço, simultaneamente individual e coletivo, público e privado.

Tanto em 2015 quanto em 2017, apenas 60% do total de 160 domicílios aceitou participar da pesquisa. Dos 95 domicílios mapeados em 2017, apenas 57 foram também entrevistados em 2015. Apesar dessas diferenças, os dados socioeconômicos mantiveram-se praticamente estáveis. Observando-se os números sobre **idade**, constatamos que, tanto em 2015 quanto em 2017, 50% dos chefes de família tinham entre 28 e 47 anos. A grande maioria das chefes de família eram mulheres, uma proporção de 70% em 2015 e 80% em 2017. Já os dados sobre **etnia** revelaram

uma população ligeiramente mais negra. Em 2015, 44% das chefes de famílias se autodeclaravam pretas, número que aumentou para 49,5% em 2017; proporcionalmente, o número de brancos caiu de 38,8% em 2015 para 30,8% em 2017. Já a proporção de pardos e indígenas manteve-se praticamente inalterada.

Quando o assunto é **escolaridade**, os dados mantiveram-se constantes, a maior parte dos respondentes dividindo-se entre fundamental incompleto e ensino médio completo. O gráfico mostra que apenas 8% dos entrevistados tinham acesso ao ensino superior em 2017. Se incluirmos ensino médio completo, esse número sobe para 35% das chefes de família. Falando sobre educação, em 12,6% dos domicílios havia pelo menos um residente cursando ensino superior, embora apenas 9,6% dos respondentes estivesse estudando no tempo da entrevista. Apesar disso, comparando-se com a geração dos pais, em que apenas 12% possuía ensino médio completo, houve um aumento expressivo do número de anos de estudo, o que aponta para indícios de mobilidade intergeracional. Em seu conjunto, os dados preliminares sobre educação sugerem que o período de dois anos desde a mudança não foi suficiente para provocar transformações significativas no padrão educacional dessas famílias. Ainda assim, mais de 71% das chefes de família acredita que morar no residencial aumenta suas chances de pensar e investir em educação, e 80% se veem melhor ou muito melhor daqui a dois anos em termos de educação. Esses dados corroboram os achados da pesquisa etnográfica de que a mobilidade ascendente se constitui, antes de tudo, num processo de distensão dos horizontes imaginativos que coloca os sujeitos em marcha na busca por futuros até então improváveis.

Movendo-se em direção ao trabalho, 14,7% das chefes de família estavam desempregadas em 2017. Do ponto de vista da população em idade de trabalho, 61,7% possuem carteira assinada, e mais de 65% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com suas ocupações. Mesmo assim, 74%

projetam que a sua situação em termos de emprego estará melhor ou muito melhor daqui a dois anos. No todo, estes números indicam uma expressiva melhora em relação aos dados de 2015, quando um contingente de 40% estava à procura de emprego ou permanecia desempregada.

Um dos eixos centrais de um *survey* interessado em mensurar as múltiplas dimensões da mobilidade ascendente são as variáveis sobre renda e classe. Nesse tópico, iniciávamos perguntando sobre a melhoria de vida: 93% disse que havia melhorado em 2015 e 74,5% disse o mesmo em 2017. No *survey* de 2017 perguntamos também se a situação financeira havia melhorado em comparação a 2014, ano da mudança: quase 32% respondeu que tudo permanecia igual, mas 42,6% concordava que o saldo era positivo. Comparado a 2007, esse número subia para 63,8%. Na sequência do *survey*, os entrevistados eram instados a escolher até três palavras que melhor retratassem sua *situação atual*. A proposta desse exercício era confrontar o entrevistado com categorias de percepção da mobilidade advindas tanto do trabalho de campo quanto de diferentes critérios, públicos ou intelectuais, de estratificação. O objetivo não era, necessariamente, chegar à percepção subjetiva da posição social, mas ao grau de popularidade de cada um desses conjuntos de representação entre os entrevistados. Em 2015 e em 2017, trabalhador e batalhador foram as mais citadas, seguidas de classe popular, classe média e suas variações, pobre e Classe C. Mas há deslocamentos interessantes no tempo: enquanto batalhador permanece estável, as categorias trabalhador e classe popular perdem território para classe média e suas variações. Tudo isso parece sugerir que, dois anos passados da política pública, a narrativa da mobilidade gravita para uma linguagem que enfatiza o miolo da estratificação. Mais do que isso, ela revela uma progressiva desconexão em relação ao mundo do trabalho e da economia, já que o contexto de crise parece não ter impactado negativamente a percepção de ascensão social.

Apesar disso, em 2017, apenas 41,5% das pessoas traduziram essa percepção em termos de uma mudança de classe, contra 59% dos entrevistados em 2015. Definitivamente, em 2017 a maioria dos respondentes disse não concordar com a afirmação de que eram parte da nova classe média brasileira, ao passo que em 2015 essa proporção era invertida. Há diversas explicações possíveis para essa inversão, entre as quais estão o impacto da crise econômica, o esgotamento da tese da nova classe média e as mudanças no perfil dos respondentes. Esses dados refletem a distribuição da renda familiar desses domicílios, reclassificada segundo categorias da Secretaria de Assuntos Estratégicos e ajustada para a inflação acumulada. Como vemos, a maior parte das famílias situa-se entre a classe média baixa e os vulneráveis. No todo, os dados de renda associados à classe mostram uma piora incremental em relação a 2015, quando a maior parte das famílias pertencia à classe média baixa.

Como essas mudanças impactam, enfim, na avaliação que as chefes de família faziam de suas vidas no residencial? Uma variável crucial para auferir o processo de adaptação e apropriação do condomínio pedia que os entrevistados escolhessem até cinco palavras que expressavam o que representava, para eles, viver no Residencial Bento Gonçalves. O conjunto de expressões foi elaborado a partir de categorias empíricas coletadas durante o trabalho etnográfico e visava apreender os universos morais aos quais os beneficiários associavam sua mobilidade. Em 2017, as chefes de família associaram a conquista do apartamento ao “acesso à cidadania”, e à “dignidade”, ao “esforço pessoal”, à “luta”, ao “merecimento”, e à oportunidade única. Na comparação com os resultados de 2015, observamos primeiro uma diminuição acirrada de expressões como “acesso à dignidade”, “sorte”, “não posso desperdiçar esta chance”, “assistencialismo” e “luta”, em geral associadas ao vocabulário e à experiência de mobilização coletiva. Por outro lado, valores como “esforço pessoal”, “isso aqui é meu”, “daqui não saio”,

“graça divina”, “inclusão social” despontam, revelando novas esferas de pertencimento e ação social que privilegiam o desenvolvimento pessoal. Também observamos incrementos importantes em questões como “acesso à cidadania” e “à justiça”, mas sobretudo “acesso a melhor emprego”, confirmando a tendência de formalização mostrada nos dados sobre renda.

O *survey* também permitiu observar o progressivo deslocamento rumo à dimensão privada que acompanhou a experiência de mobilidade dessas famílias. A maior parte das respondentes se sente segura apenas no interior dos apartamentos e, em menor medida, do condomínio; o bairro, o transporte público, e a cidade em geral, são vistos como lugares pouco seguros. Os dados sobre confiança nas instituições também refletem esta curva decrescente que vai do privado ao público. Mais do que isso, ela mostra ciclos de confiança que vão do íntimo ao coletivo: confia-se mais nos familiares que nos amigos, e mais nestes que nos vizinhos de porta, que nos vizinhos do condomínio, que nos vizinhos de fora. Confia-se mais no síndico que nos líderes comunitários, que nos vendedores de loja, que no comércio online, que nos call-centers. Os gerentes de banco e policiais militares, representantes locais do mercado e do estado, são confiáveis; muito mais que secretários municipais, prefeito, governador, deputados, senadores e presidente. Há um pico de confiança, novamente, quando se trata do judiciário, da televisão, do jornal impresso e das instituições religiosas. Essas respostas refletem os espaços de circulação das pessoas, já que mais de 88% se mantém informado através da televisão, e mais de 71% se interessa pouco ou não se interessa por política partidária.

Falando, ainda, sobre disposição política, 78% das chefes de família votou no Partido dos Trabalhadores nas últimas eleições presidenciais, e 67% acha que o impeachment de Dilma Rousseff não foi necessário. Ainda assim, essa opção partidária parece ter mais a ver com uma percepção imediata da melhoria de vida dos pobres do que com predileções ideológicas. Isso

porque 73% das respondentes acredita que suas vidas melhoraram durante os governos de Lula, 75% durante os governos de Dilma, e 70% não acreditam que sua vida vai melhorar durante o governo Temer. Na mesma linha, mais de 80% disse não ter participado de protestos ou manifestações nos últimos anos, e mais de 90% disseram não ser filiados a nenhum partido político. Nos raros casos de filiação, estamos falando do PMDB, partido pelo qual uma das lideranças comunitárias concorreu a cargos públicos em 2012 e 2016.

Construído como um enclave fortificado em relação ao entorno, o condomínio carrega traços da cidade de muros, de Teresa Caldeira. Mas as ambiguidades da mobilidade encontram-se nos detalhes da implementação dessas infraestruturas porosas que separam, mas também conectam. Apesar de desejarem permanecer morando no residencial e de sentirem-se mais seguros na presença de sofisticados sistemas de segurança, 53% segue visitando as antigas vizinhanças no morro, onde a maioria deixou as casas para membros da família estendida.

Por outro lado, a presença ubíqua de objetos, adquiridos através do acesso à economia de crédito, ajuda a fazer a transição para a nova vida em condomínio. Tanto em 2015 quanto em 2017, itens como cama, geladeira e fogão estavam presentes em praticamente todos os lares. Lava-roupas e micro-ondas tiveram um aumento e agora fazem parte de mais de quase 90% dos apartamentos. Apesar de sofrer um leve decréscimo, televisões de LCD seguem presentes em mais de 80% das casas, e há mais de 120 delas nas 95 residências entrevistadas. Também encontramos mais de um smartphone por domicílio, dispositivo que parece ser o mais usado para conectar-se à internet, já que apenas 40% dos lares possuía computador em 2017. Serviços de telefonia e TV a cabo tiveram um aumento desde 2015, fazendo-se agora presente em pouco mais de um terço dos apartamentos. Ainda mais ilustrativo é atentar para a percentagem de objetos comprados durante o processo de mudança, um dado que coletamos em 2017. Mais de 70% das camas e dos serviços

de internet e TV a cabo foram adquiridos durante a mudança. Apesar de presente em apenas 20% das unidades, o ar condicionado é uma novidade para quase 70% dessas famílias. Tablets, máquinas de lavar, fornos elétricos, fogões e freezers e até mesmo bicicletas se destacam entre os itens que foram comprados com a mudança.

O **consumo**, e os instrumentos pedagógicos e moralizantes embutidos em seu uso pelo desenho da política habitacional, provaram-se, assim como o survey, uma arena para o exercício da autonomia e da liberdade de escolha. Afinal, a garantia do privado, do íntimo, do imperscrutável era fundamental para a constituição de um sentido ascendente da **mobilidade**. “As pessoas estão cansadas de entrevistas”, o síndico confessou em uma de nossas conversas. De fato, como um dispositivo de produção da informação, o survey politiza o registro do visível e do invisível, do desejável e do abjeto. Por trás de cada informação, está a negociação das pessoas de sua própria imagem e do direito à privacidade conquistada por meio da luta pela casa própria.

Para muitas das pessoas com quem conversei nas **lojas** enquanto compravam seus eletrodomésticos, o consumo da casa própria revelava-se uma oportunidade de redesenhar as finanças domésticas. Na busca pelo privado, novas formas de economização redefiniram a experiência do cotidiano. Priorizando, calculando, readequando: era assim que os moradores lidavam com problemas emergentes, como o endividamento. Mesmo com as condições objetivas abaladas pelas incertezas da crise econômica, o desejo pela melhoria de vida parecia falar mais alto, empurrando essas pessoas para complexos cálculos de aspiração social.

Muitos desses cálculos passavam pelo dimensionamento de um novo agente coletivo: o condomínio. Desde a mudança, uma intrincada rede de serviços e infraestruturas foi colocada em prática para manter a vida social em funcionamento. Durante as minhas visitas aos apartamentos

e nas conversas com Rodrigo, o síndico, eu acompanhei os dilemas associados à implementação de um novo sistema de **portaria** e vigilância 24h.

Desde que foi aclamado síndico, Rodrigo circulou entre pátios, corredores e vizinhos; antecipou problemas; imaginou soluções; reuniu-se com moradores; projetou cálculos de inadimplência; e monitorou o desdobramento da vida social. Muitas das infraestruturas, como a pracinha de brinquedos, eram novidades para os moradores, e cabia a eles experimentar, dentro de certos limites conjuntamente estabelecidos, com os próprios usos não previstos desses equipamentos.

Rodrigo desenhou planos de intervenção que visavam tornar os **adolescentes** mais disciplinados, colocando em prática o que chamou de “trabalho de formiga”. Ele também engajou os moradores em atividades coletivas como reciclagem do lixo e plantio de vegetação nos entornos do muro.

Com isso, ele buscava lembrar os novos residentes do comprometimento com o projeto coletivo de habitação desenhado pelo Codespa durante os anos de preparação para a mudança. “O objetivo é mudar de classe social, mas as pessoas ainda não sabem disso”, ele me disse.

Em 2016, passados dois anos da inauguração, Rodrigo continuava seu esforço de lembrar aos residentes do projeto coletivo de ascensão social. Na prática, porém, os problemas se assomavam: as técnicas de socialização dos condôminos não haviam funcionado; um número cada vez maior de inadimplentes diminuía a arrecadação do condomínio; a empresa administradora era ineficiente; e problemas de comunicação entre os moradores, a associação e o síndico revelavam que um consenso quando aos rumos do condomínio estava longe de ser atingido. Rodrigo planejou, então, uma solução integrada para esses problemas, através do uso interconectado de dispositivos de vigilância e segurança. “O nosso principal problema é a cultura de acesso. Pessoas estranhas entram e saem do condomínio. Isso não pode!”. Esbarrando nos

custos de implantação de um sistema integrado de interfones, Rodrigo convocou uma assembleia e decidiu contar com a ajuda dos próprios moradores.

Para explicar a ideia, Rodrigo comparou o condomínio a uma empresa: só entra quem tem crachá e está devidamente identificado. As infraestruturas já implantadas, e muitas outras que ainda estavam por vir, como câmeras e luzes de LED, ajudavam a definir os contornos do condomínio. Com isso, ele comunicava aos moradores como as coisas deveriam ser e quais os fluxos de pessoas e objetos que essas infraestruturas porosas deveriam, afinal, permitir.

Este fato ficou evidente quando tornei-me, eu próprio, alvo do novo sistema de portaria. Após cinco anos de trabalho de campo com os moradores do residencial, meu acesso ao prédio foi interrompido pela chegada de novos funcionários dispostos a reforçar as ordens do síndico quanto ao acesso restrito de visitantes. Diante do portão, impossibilitado de prosseguir até os apartamentos de meus interlocutores, a etnografia tornou-se, então, a das passagens, acessos e fluxos autorizados pela nova infraestrutura de controle do espaço. Em minha conversa com o porteiro, curiosamente chamado de vigilante, ficou claro que ele era o pivô de uma infraestrutura que visava separar os moradores das sombras de seu próprio passado: o espectro do morro e das moralidades que o acompanhavam. Apesar disso, os moradores com quem pude conversar enquanto aguardava no portão deixaram claro que aquela era ainda uma barreira mais simbólica que efetiva; a tecnologia não conseguia inibir completamente a ação de traficantes e ladrões de carro, por exemplo. O segredo, segundo uma senhora, era “nunca questionar. Senão sobra pra gente. Eu preciso que isso aqui dê certo pra mim; do contrário, pra onde eu vou?”. Mantendo-se à margem dos jogos de força que buscavam a todo custo recriar a imagem do residencial, ela garantia o direito elementar de manter suas esperanças privadas por um lugar ao sol na política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, gostaria de insistir na premissa metodológica de recolocar as políticas públicas em seus contextos de longa duração. Uma visão antropológica de seus efeitos precisa reconhecer que políticas públicas são princípios organizadores da sociedade que regulam espaços e sujeitos. Elas **constituem** “aberturas para processos políticos em que atores, agentes, conceitos e tecnologias interagem em diferentes sites, criando ou consolidando novas racionalidades de governança e regimes de conhecimento e poder”. Mas “**políticas** públicas também têm agência; elas deslocam a ação e, como máquinas, performam tarefas dotadas de certas competências”. Há um mundo interativo complexo que se descortina quando consideramos os efeitos das políticas nas vidas das pessoas e como estas, reciprocamente, se relacionam com instituições e outros artefatos. Aqui, a fala de Seu Milton, uma figura exemplar de um dos mutirões da Leste 1, é paradigmática: “Somos nós que *fazemos* a política pública”. São pessoas como ele que fazem e refazem a vida social desses instrumentos, territorializando seus efeitos e dando-nos um sentido humano de seus limites e potencialidades.

Na etnografia de longo prazo entre seus **beneficiários**, novas formas de gestão da vida social emergem em meio aos arranjos híbridos entre estado e mercado. Em Porto Alegre, a comunidade política inicialmente organizada em torno da demanda habitacional deu lugar à implementação de coletivos transientes de proprietários-residentes na busca pelos direitos de suas vidas privadas. Com mais pessoas participando transparente e horizontalmente de discussões e tomadas de decisão, era possível diminuir custos, aperfeiçoar a eficiência da administração, e ampliar as chances de sustentabilidade dos beneficiários engajados na mobilidade junto ao asfalto. O coletivo da limpeza, o coletivo dos interfonos, o coletivo da portaria, o coletivo jurídico da ação

movida contra a Caixa Econômica Federal em busca de seus direitos como beneficiários-consumidores da política pública: estas eram estruturas temporárias que atualizavam o senso de coletividade, mantinham acesas as expectativas privadas, e as inscreviam no ambiente construído.

Por fim, parece-me que isso nos traz elementos para repensar o lugar da classe nesse debate. A participação na política pública por meio da mobilização coletiva, e a absorção de suas infraestruturas, restituíram um senso de aspiração pelo futuro. A **casa** é o que permitia “sorrir”, nas palavras de um dos moradores; “onde eu morava não tinha classe; na vila era tudo descartável. Agora, as pessoas têm orgulho, vai *desenvolvendo* uma classe”. A casa era o artefato que afetava uma transformação e que impulsionava, ainda mais, ao movimento.

Menos preocupadas com uma política de identificação, as pessoas estavam, continuamente, fabricando explicações para dar conta de suas experiências complexas e profundas de afetação, costuradas entre as tecnologias políticas e econômicas de intervenção e seus esforços de conexão. Nessas arquiteturas da esperança, tornar-se classe média é então uma tecnologia moral e subjuntiva em constante processo; ela implica uma atitude prospectiva e aspiracional em direção a um meio elusivo, que insiste em espreitar e fugir do alcance das mãos. Imaginada, desejada, ansiada, a ascensão social é vivenciada como uma transição, operada por um coletivo transiente, em direção à boa vida.